

Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▶ Ano 6 n° 58

agosto 21

▼ DEPUTADO
FERNANDO MONTEIRO
"Reforma administrativa é
a favor do serviço público"



É preciso aprovar uma ampla reforma tributária

Sobrecarregado com impostos e contribuições,
setor produtivo avalia que o país está
diante de uma oportunidade histórica

PESQUISA ▶ Brasileiros sabem que recuperação econômica depende das vacinas
COP26 ▶ O que esperar do encontro sobre meio ambiente em Glasgow
SESI E SENAI ▶ Promoção da cidadania de jovens e trabalhadores

O conforto que você veste tem o trabalho de várias indústrias.

Muitos trabalhadores de várias indústrias colocam seu talento para levar elegância e praticidade para os brasileiros. Toda uma cadeia produtiva se interliga para gerar empregos e valorizar o produto nacional.

Indústria brasileira. A força está em tudo.



Carta às leitoras e aos leitores

A atual legislatura no Congresso Nacional tem enfrentado grandes desafios e vem dando – até aqui – importante contribuição não apenas em pautas urgentes como a pandemia de Covid-19, mas também em temas estruturantes e que melhoram as condições de negócios no país. Entre esses últimos, já reformou a Previdência Social e aprimorou marcos regulatórios do petróleo, do gás e da energia elétrica. Não é pouca coisa.

Agora, parlamentares de ambas as Casas têm pela frente a reforma tributária, uma das mais antigas reivindicações do setor produtivo do país e tema de capa desta edição da revista Indústria Brasileira. O atual sistema é complexo: exige milhares de horas de trabalho em empresas para cumprir e manter em dia o recolhimento de impostos, taxas e contribuições. O atual sistema também é confuso: o contencioso tributário brasileiro era de R\$ 5,4 trilhões em 2019, resultado de litígios em diferentes esferas sobre a devida cobrança. Além disso, o atual sistema ainda é ineficiente: a mera adoção do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), em substituição ao ICMS, poderia fazer o PIB crescer 5,4% até 2023.

O coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, se diz animado com a possibilidade de superação desse modelo complexo, confuso e ineficiente. “Acompanho esse tema há mais de duas décadas e assisti a diferentes ensaios e iniciativas de propostas de

reforma. Acho que, desta vez, um conjunto de circunstâncias constitui grande esperança para o melhor andamento do tema”, avalia o ex-senador, ex-deputado federal e ex-presidente da CNI.

A edição de agosto da revista também destaca outros assuntos importantes. Dois deles são iniciativas equivocadas do governo federal, de mudar o Imposto de Renda e a contribuição para o Sistema S. O projeto enviado pelo governo federal para corrigir a tabela do IR está sendo criticado por especialistas porque pode vincular a arrecadação e abrir espaço para uma cobrança retroativa, o que aumentará o contencioso tributário do país. Já a medida provisória que previa um corte de 30% dos recursos do Sistema S e provocaria uma queda de R\$ 8 bilhões na receita de serviços como os oferecidos pelo SESI e pelo SENAI foi revista na Câmara dos Deputados, conforme relata reportagem ao final desta edição.

O número também traz uma análise do deputado federal Fernando Monteiro (PP-PE) sobre a reforma administrativa, a indicação da agenda possível no encontro global da COP26 em Glasgow (Escócia) e a boa notícia de que o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) está elevado em todos os setores, depois da longa depressão causada por crises econômicas e pela Covid-19.

Boa leitura e, enquanto durar a pandemia, se proteja e proteja as pessoas próximas a você!



Conheça o Sistema Indústria

CNI

facebook ▶ cniBrasil
flickr ▶ cniweb
instagram ▶ cniBr
twitter.com ▶ cni_br
linkedin ▶ cni-brasil
youtube ▶ cniweb

SESI

facebook ▶ SESINacional
youtube ▶ sesi
linkedin ▶ sesi-nacional

SENAI

facebook ▶ senainacional
instagram ▶ senai_nacional
twitter ▶ senainacional
youtube ▶ senaibr
linkedin ▶ senai-nacional

IEL

facebook ▶ IELbr
instagram ▶ ielbr
twitter ▶ iel_br
linkedin ▶ iel-nacional

sumário

edição nº 58 agosto 2021

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

Uma oportunidade histórica para a reforma tributária mostra que a legislação sobre o tema pode ser amplamente modificada ainda em 2021

16 INFOGRAFIA

Conheça as principais mudanças que podem ocorrer com a reforma tributária

18 IMPOSTO DE RENDA

Especialistas criticam proposta que vincula a arrecadação e abre espaço para uma cobrança retroativa

22 MELINA ROCHA

Advogada especialista em tributação defende a adoção de um Imposto de Valor Agregado (IVA) no Brasil

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

Em evento online com a participação do presidente da Câmara, indústria defende

que a reforma tributária seja prioridade para o Congresso

26 COMPETITIVIDADE

Pesquisa encomendada pela CNI mostra que brasileiros querem a vacina e estão mais otimistas com a retomada da economia

30 COP26

Diplomatas e especialistas fazem suas apostas a respeito do que esperar da conferência sobre mudanças climáticas

34 5 PERGUNTAS PARA...

Fernando Monteiro, presidente da comissão especial que examina a reforma administrativa na Câmara

36 TERMÔMETRO

Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) de julho é o maior em 11 anos e indica otimismo em todos os setores

38 DASHBOARD

Consulte o painel de séries históricas, pesquisas e estudos conduzidos pela área

técnica da CNI

40 GIRO BRASIL

Sistema S e governo da Bahia oferecerão 200 mil vagas gratuitas de qualificação profissional

42 FINANCIAMENTO

MP colocou em risco serviços de educação, inovação e bem-estar do SESI e do SENAI

46 OUTRA VISÃO

André Clark, *general manager* da Siemens Energy, escreve sobre transição energética e redução das emissões de carbono

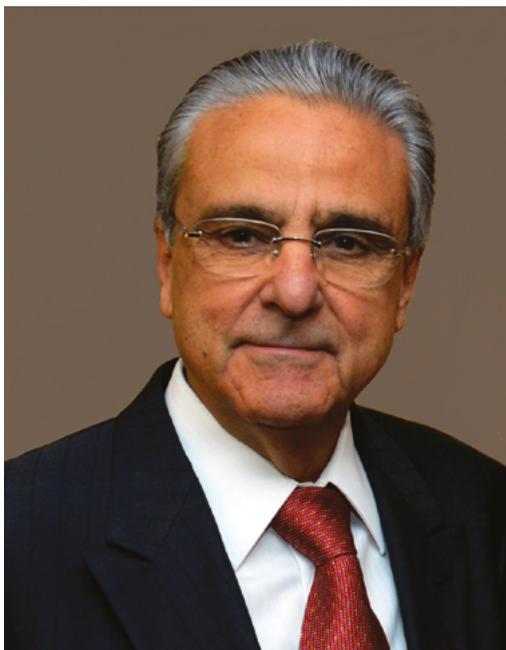


▲
CARMEN VICTORIA MARQUES ROSALES,
ex-aluna do SENAI e imigrante venezuelana

pode contar

"Eu vim para o Brasil para ajudar minha família venezuelana, principalmente minhas filhas. Não foi um decisão fácil, pelo contrário, foi muito difícil e eu precisei ser muito forte. Quando eu cheguei aqui, além de querer ter uma vida melhor, eu queria conseguir um certificado, me especializar. O SENAI abriu as portas pra mim, não apenas para esse sonhos, mas também para o sonho de conseguir um emprego. Eu, atualmente, moro em Goiânia e trabalho num restaurante, o Materna Cozinha. Eu falo que foi o curso que fiz no SENAI de Técnico em Cozinha que me trouxe essa oportunidade. Hoje, eu posso ajudar um pouco minha família, quero cada vez mais conseguir ajudar. Além disso, o pessoal do SENAI me ajudou e ajuda muito com a adaptação aqui no Brasil".

A reforma que mudará o Brasil



► **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

O ambiente nunca esteve tão propício para a execução de uma reforma tributária no Brasil como agora. O país consumiu quase três décadas entre diversas idas e vindas, debatendo propostas de alteração no sistema tributário nacional. As normas em vigor formam um emaranhado de difícil compreensão, que gera um peso extraordinário para a atividade econômica, atrapalha a competitividade dos produtos nacionais e atrasa o nosso desenvolvimento. Felizmente, atingiu-se o consenso de que as mudanças são inadiáveis, o que destravou o caminho para, enfim, viabilizarmos essa fundamental modernização do nosso sistema de cobrança de impostos.

União, estados e Congresso Nacional chegaram a um entendimento para a reforma da tributação sobre o consumo, na qual um regime dual de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), um federal e outro subnacional, substitua vários dos tributos hoje existentes. A complexidade e as distorções atuais, sendo a maior delas a cobrança em várias etapas da produção (cumulatividade), elevam os custos de mercadorias e serviços, reduzem a competitividade das empresas nos mercados externos e interno, e travam o crescimento da economia.

Nosso sistema tributário é disfuncional e caro. Muitas empresas precisam não



só manter equipes para lidar com a multiplicidade de regras, como também fazer provisionamentos para enfrentar litígios administrativos e judiciais. Mesmo quem entrega as declarações no prazo e paga todos os tributos, com total lisura e boa-fé, enfrenta o risco de incorrer em alguma falha, tamanho é o número de obrigações principais e secundárias fixadas no ordenamento brasileiro. Além disso, a insegurança jurídica é enorme, pois as posições das autoridades fiscais podem mudar repentinamente, afetando até negócios já concretizados.

Do modo como foi organizada ao longo do tempo, a cobrança de tributos, no Brasil, é muito mal distribuída, com um peso excessivo sobre a indústria de transformação, por exemplo. A carga tributária que incide sobre o segmento é de 46,2%, muito acima de outras áreas da economia. Não é coincidência, portanto, que a indústria de transformação tenha encolhido, em média, 1,6% ao ano na última década, o que prejudica a capacidade de crescimento da economia. Uma tributação mal calibrada funciona como uma âncora firmemente presa ao solo, impedindo as empresas de seguir adiante e prosperar.

Além da mudança na tributação do consumo, o governo enviou ao Congresso uma proposta com alterações nas regras do Imposto de Renda (IR). O projeto tem o mérito de tentar alinhar as normas brasileiras às vigentes em outras nações, mas necessita de aperfeiçoamentos. É preciso reavaliar as alíquotas e as regras para a tributação da distribuição de lucros e de dividendos, além das deduções de juros sobre o capital próprio, para que a reforma do IR incentive os investimentos no país. As reações contrárias ao projeto mostram que as discussões devem se aprofundar, com modificações na proposição.

O debate sobre a reforma tributária voltou à ordem do dia, o que é ótimo. Precisamos aproveitar essa oportunidade, depois de todas que já foram desperdiçadas, para fazer uma ampla reforma no sistema tributário nacional, com simplificação, racionalidade e melhor distribuição da carga de impostos. Se não vencermos esse desafio, dificilmente a economia voltará a crescer num ritmo mais vigoroso e sustentado. A indústria brasileira acredita que apenas a realização de uma reforma tributária que abranja os três entes da Federação (União, estados e municípios) terá a capacidade de mudar, para melhor, o Brasil. ■

► Complexo, litigioso, ineficiente e regressivo estão entre os adjetivos mais usados por especialistas para descrever o atual sistema tributário do Brasil





Uma oportunidade histórica para a reforma tributária

CONGRESSO NACIONAL TEM NA PAUTA UMA REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA, COM UNIFICAÇÃO DE TRIBUTOS E FIM DA CUMULATIVIDADE. PARA ESPECIALISTAS, AS MUDANÇAS TRARIAM CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ritmo de crescimento da economia brasileira pode aumentar em até 25% nos próximos 15 anos com a aprovação de uma reforma tributária ampla, que melhore o ambiente de negócios e estimule investimentos no setor produtivo. É o que mostram diferentes estudos realizados por especialistas no tema, diz o economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal. Essa aceleração do crescimento será resultado dos ganhos de competitividade da produção nacional em relação aos concorrentes externos e da melhor alocação dos recursos produtivos.

Um dos estudos, dos economistas Edson Domingues e Debora Cardoso, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), estima que esse potencial de crescimento seria possível com a substituição de cinco tributos (PIS, Cofins e IPI, federais; ICMS, estadual; e ISS, municipal) por dois impostos sobre bens e serviços, nos moldes do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), e um imposto seletivo. Este último seria cobrado sobre combustíveis fósseis, fumo e bebidas alcoólicas.

Bernard Appy lembra que uma reforma com essas características vem sendo discutida desde o início dos anos 1990. “Sempre houve algumas dificuldades, sendo a principal a resistência dos estados. Essa resistência, hoje, está superada. Na verdade, todos os 27 secretários de Fazenda apoiam uma reforma que extinga o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), adote um imposto sobre bens e serviços de base ampla, sem benefícios fiscais e que seja cobrado no destino”, diz ele, responsável pelas linhas gerais da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, apresentada em 2019 na Câmara dos Deputados.



▲
“Todos os 27 secretários de Fazenda apoiam uma reforma que extinga o ICMS”, diz o economista Bernard Appy (Centro de Cidadania Fiscal)

Armando Monteiro, coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Fórum Nacional da Indústria (FNI), reforça a percepção de que hoje o ambiente é mais favorável à reforma. “Acompanho esse tema há mais de duas décadas e assisti a diferentes ensaios e iniciativas de propostas de reforma. Acho que, desta vez, um conjunto de circunstâncias constitui grande esperança para o melhor andamento do tema”. Segundo ele, a sociedade brasileira entende hoje que o sistema tributário é caótico, disfuncional e complexo e precisa ser reformado.

Nas tentativas anteriores, recorda Monteiro, havia grande conflito: “Estados produtores se opunham aos consumidores e estados ricos a estados pobres. Desta vez, houve uma convergência de posições entre todas as unidades da Federação”. Seja a PEC 45, seja a 110 ou o PL 3887, que cria a Contribuição

sobre Bens e Serviços (CBS) ao unificar o PIS e a Cofins, todos vão na direção do IVA. “Ou seja, abandonamos aquelas fórmulas ingenuamente simplificadoras, como o imposto único, ou formas mais exóticas. E, finalmente, temos um Congresso que vem revelando uma boa disposição reformista”, comemora.

Monteiro avalia que as iniciativas mais importantes nesse ensaio de reforma tributária foram feitas pelo Congresso. “Depois que o governo federal aderiu à pauta, acredito que temos uma bela oportunidade de avançar no tema, embora reconheça as dificuldades”. Uma delas seria a falta de clareza sobre a posição do governo. Segundo Monteiro, é preciso reformar todos os tributos da base de consumo, incluindo o ICMS e o Imposto sobre Serviços (ISS), sob pena de não haver uma reforma verdadeira. “Nós esperamos que, apesar da posição errática do governo, pouco clara, ainda possa haver convergência de propostas”.

Apesar do otimismo de Monteiro, o cientista político Rafael Cortez, da Tendências – Consultoria Integrada, considera que há pouco espaço para aprovação da reforma tributária até o final de 2022. Segundo ele, a agenda de curto prazo está mais voltada à abertura de espaço fiscal para gastos, por causa de pressões em ano eleitoral. “As dificuldades de coordenação política somadas à falta de prioridade dificultam o encaminhamento. Naturalmente, pode haver movimento no Senado, que retomou as discussões da PEC 110, mas não me parece haver tempo suficiente a curto prazo, e depois, em ano eleitoral, não vai ganhar força”, avalia Cortez.

Para o consultor, a dificuldade está no fato de que o governo não quer uma reforma ampla, já que a PEC 110 e a PEC 45 não parecem ser prioridades do Executivo. “A visão da equipe econômica responde muito mais à desoneração da folha de pagamentos, para evitar a criação de outro tributo e não tratar do imposto de consumo, que envolve uma questão federativa. O presidente não olha com cuidado a questão tributária”, afirma Cortez, para quem a simplificação do sistema passa pela criação de um IVA.

MELHORES PRÁTICAS

Com a adoção de um IVA moderno, explica Appy, o Brasil se aproximará das melhores práticas internacionais de tributação, tornando o sistema tributário mais simples e eficiente, com foco na promoção da competitividade da economia brasileira. “Nos últimos anos, amadurecemos muito uma reforma com modelo de transição que mitigue o efeito sobre os setores”, explica. Na PEC 45, esse prazo ficou em 10 anos; na PEC 110, ainda em discussão no Senado Federal, o tempo é de cinco anos.

O advogado Breno Ferreira Martins Vasconcelos, do escritório Mannrich e Vasconcelos, acredita que o atual sistema seja um típico modelo de perde-perde. “Os

contribuintes perdem com litigiosidade e complexidade, a sociedade perde eficiência econômica e os entes federativos perdem com a baixa arrecadação”, explica. Segundo ele, há um relativo consenso em relação à reforma tributária. “Essa reforma seria uma oportunidade para ajudar a destravar a economia. Um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano passado mostra que, com a adoção do IVA, o PIB pode crescer 5,42% até 2023”.

O sistema brasileiro de tributação sobre o consumo, explica Vasconcelos, é marcado pela fragmentação dessa base de incidência entre União, estados e municípios, o que resulta em muitas leis sobre o tema. Além disso, contém falhas estruturais, como a cobrança majoritariamente na origem, regras



Contencioso por nível federativo e esfera processual, em 2019

Nível Federativo	Esfera Processual	Contencioso Tributário R\$ (em bilhões)	Composição
Federal	Judicial	2.673,1	49,1%
	Administrativo	1.152,6	21,2%
Estadual /Distrital	Judicial (27/27)	917,7	16,9%
	Administrativo (23/27)	259,8	4,8%
Capitais	Judicial (10/26)	251,8	4,6%
	Administrativo (10/26)	17,4	0,3%
Demais municípios	Judicial (4.074/5.543)	170,3	3,1%
TOTAL		5.442,8	100%

Notas:

(i) Dados entre parênteses retratam o número de entes federativos abrangidos pela pesquisa em relação ao número de entes existentes por nível federativo. (ii) As estimativas de contencioso tributário, tanto na via judicial quanto na administrativa, tendem a estar subestimadas, devido à indisponibilidade de dados de uma parcela dos municípios, em especial aqueles de menor porte. Fontes: IBGE, PGFN, RFB, STN e informações obtidas com estados e municípios das capitais via Lei de Acesso à Informação | Elaboração: Observatório do Contencioso Tributário do Núcleo de Tributação do Inspere



▲ “Os contribuintes perdem com litigiosidade, a sociedade perde eficiência econômica e os entes perdem arrecadação”, explica o advogado Breno Vasconcelos

que impedem plena não cumulatividade, alíquotas diversas e concessão excessiva de benefícios fiscais. “Tudo isso causa complexidade, litigiosidade e má alocação de recursos, além de contribuir para a regressividade do sistema e o afastamento da desejada neutralidade fiscal”, critica Vasconcelos.

Na avaliação dele, as propostas de reforma sobre o consumo corrigiriam falhas estruturais do sistema tributário brasileiro, tornando os processos produtivos mais eficientes, e reduziriam os custos administrativos das empresas para pagar tributos. Outro eixo importante e muito debatido, diz, é a redução do uso dos tributos para financiar políticas públicas, deixando que estas sejam implementadas pelos gastos orçamentários, mais transparentes e focalizados.

Em artigo publicado no jornal *O Globo*, em 3 de agosto, Robson Braga de Andrade, presidente da CNI, defende que o Brasil não pode desperdiçar a chance de fazer

uma reforma tributária ampla. “Para não ter outra década perdida, o Brasil precisa fazer uma reforma tributária abrangente, que simplifique e traga mais racionalidade ao sistema de arrecadação de impostos. Isso requer a substituição dos tributos federais, estaduais e municipais que incidem sobre o consumo pelo IVA”, diz. Segundo ele, “essa mudança aproximará o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação, promoverá a competitividade das empresas e estimulará a produção e os investimentos no país”.

Bernard Appy explica que a reforma tributária ampla tem dois tipos de ganho. Primeiro, os diretos, que demoram de três a quatro anos para se fazerem sentir. “Esses ganhos resultam de mudanças de preços relativos, incentivos e mais investimentos com o novo modelo tributário”, resume. Há também os ganhos indiretos. “Na hora em que você faz uma mudança com potencial de crescimento, vemos efeitos macroeconômicos que podem se refletir no curto prazo. Se a economia cresce mais, mantendo a carga tributária, o governo arrecada mais, melhora o resultado fiscal, aumenta o PIB e, portanto, a trajetória tende a ser mais positiva com a reforma”, justifica.

MAIS COMPETITIVIDADE

Maurício Maioli, tributarista da Feijó Lopes Advogados, destaca outro aspecto de uma reforma mais ampla: a geração de empregos. “Ao unificar tributos federais, estaduais e municipais num imposto sobre valor agregado, estimulam-se investimentos e, com isso, aumenta-se a oferta de empregos”, comenta. Para ele, o principal mérito da PEC 110 é caminhar para a criação de um IVA dual, cobrado em parte pelo governo federal e em parte pelos estados. Além de um ambiente mais favorável à proposta no Congresso Nacional, ele destaca que o período de transição ajuda a reduzir resistências.

Em relação às empresas, afirma Maioli, a reforma tributária aumenta a competitividade por vários motivos. O primeiro, mais evidente, diz respeito à cumulatividade. No

sistema atual, há tributos pagos ao longo da cadeia que acabam onerando o custo do investimento, as exportações e a produção nacional mais do que as importações. O segundo efeito é a eliminação da complexidade. “Assim, você reduz o custo burocrático de pagar imposto e reduz o litígio, contencioso e tributário”, avalia Maioli.

CUMULATIVIDADE

O gerente de Política Econômica da CNI, Mário Sérgio Telles, também afirma que a cumulatividade é uma distorção que pode ser resolvida com uma reforma ampla do sistema tributário brasileiro. “O principal ponto é a questão da cumulatividade, que faz com que o produto importado pague menos tributos em relação ao produto feito no Brasil”, destaca. Segundo ele, a cumulatividade de PIS/COFINS, ICMS, ISS e IPI representa, em média, 7,4% do preço líquido de impostos, ou seja, do produto antes de o empresário adicionar os tributos.

Além disso, complementa Telles, o sistema tributário brasileiro gera muitos custos administrativos para as empresas. Por isso, elas precisam de um departamento fiscal muito grande para calcular e pagar tributos, além do custo com contencioso. “Fala-se muito no estudo de 1.500 horas por ano para pagar os tributos, mas uma grande empresa no Brasil gasta, na verdade, cerca de 34.000 horas para calcular e pagar tributos”, estima o gerente da CNI.

Uma reforma também reduz a insegurança jurídica, favorecendo investimentos. “Se você opera em um ambiente inseguro, ou a empresa não investe ou investe com uma margem pequena para compensar o risco”, argumenta Appy. Por fim, diz ele, há um problema de distorções alocativas. Como a tributação distorce o modo de organização, geralmente gera ineficiências ao estimular a economia a se organizar de uma forma em que se gasta mais capital e trabalho para produzir o mesmo produto, em função de benefícios e incentivos fiscais.

Em um mundo sem impostos, argumenta Appy, uma empresa montaria seu centro

de produção onde pudesse minimizar o custo de logística, ou seja, minimizar gastos com caminhão e combustível. No Brasil, a empresa monta onde tem o melhor benefício fiscal, aumentando o custo de logística. “Isso não faz sentido, porque gasta mais para levar o mesmo produto para o mesmo consumidor final”, comenta. Outro exemplo de ineficiência, segundo ele, é a diferença no custo entre construir um prédio de concreto armado (opção muito mais barata) ou um com estruturas pré-fabricadas, cuja tributação encarece o preço final.

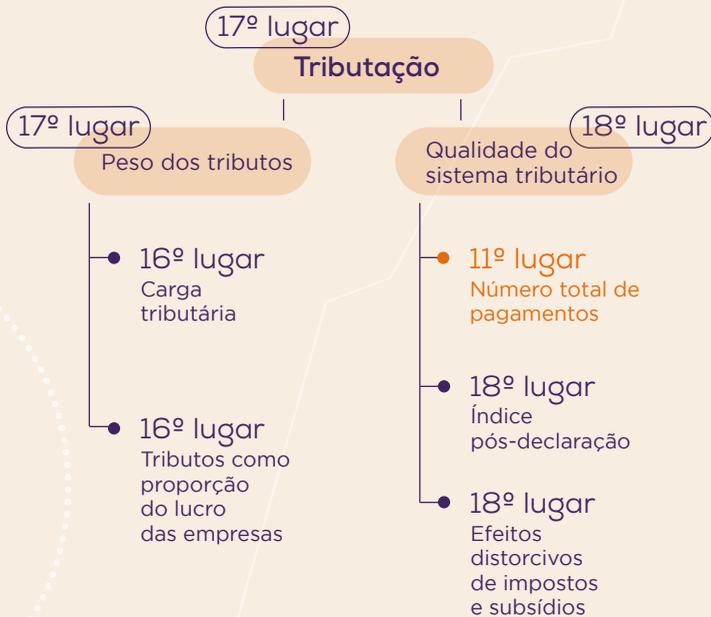
Na mesma direção, Telles afirma que as distorções do sistema tributário brasileiro reduzem a eficiência das empresas. “O sistema tributa mais os produtos do que os serviços, ou seja, não é um sistema neutro, no sentido de não interferir nas decisões de consumo e investimento. Hoje, interfere pesadamente, beneficiando os serviços em detrimento dos produtos”, critica.

▼
Para o advogado Maurício Maioli, uma reforma tributária ampla levaria a maiores investimentos e geração de empregos



Posicionamento do Brasil nas ordenações relativas ao fator tributação e aos subfatores e variáveis associados

(entre 18 países selecionados)



O número ordinal indica a posição do Brasil no conjunto de **18 países selecionados** (quando não indicado em contrário).

● **Brasil está no terço de países com posição mais favorável** (posições de 1 a 6)

● **Brasil está no terço intermediário** (posições de 7 a 12)

● **Brasil está no terço inferior** (posições de 13 a 18)

Fonte: *Competitividade Brasil 2019-2020*

PASSIVO TRIBUTÁRIO

Com um sistema mais simples e menos insegurança jurídica, a tendência é que o passivo tributário deixe de crescer após as mudanças. Estudo elaborado pelo Insper estima que o contencioso tributário brasileiro alcançou R\$ 5,4 trilhões em 2019, o equivalente a 75% do PIB daquele ano. O estudo, coordenado por Vanessa Rahal Canado, ex-assessora especial do Ministério da Economia, considera, na sua composição, as estimativas de contencioso tributário, judicial e administrativo nos três níveis federativos. O contencioso judicial e administrativo da União responde pela maior parte do estoque total: R\$ 3,8 trilhões, ou 52,7% do PIB, em 2019.

Entre os entes subnacionais, destacam-se os estados e o Distrito Federal, que respondem por R\$ 1,2 trilhão, isto é, 16,2% do PIB. As 26 capitais analisadas, considerando-se as vias administrativas e judiciais, respondem por um contencioso de R\$ 270 bilhões, o que equivale a 3,7% do PIB. Um dos principais motivos do litígio tributário é a complexidade, que leva a divergências de interpretação. A adoção de um sistema como o proposto na reforma, em que há uma regra uniforme, reduz esse litígio, diz Appy, do Centro de Cidadania Fiscal.

“Os dados revelam a disfuncionalidade do sistema tributário brasileiro em relação aos padrões internacionais, impactando negativamente a economia ao tornar investimentos pouco atrativos”, avalia Vasconcelos, da Mannrich e Vasconcelos Advogados,

professor do Insper e integrante da equipe que fez o estudo. Segundo ele, isso gera a formação de um grande estoque de capital improdutivo, acarreta a perda de eficiência na atividade de arrecadação, tornando-a mais custosa, e submete os contribuintes brasileiros a altos custos de conformidade, afetando a sua produtividade.

Os dados obtidos na pesquisa do Insper mostram, conforme Vasconcelos, o ICMS como tributo especialmente problemático no sistema tributário, o que converge com a percepção do empresariado apurada num estudo da CNI, no qual o ICMS (imposto estadual) é apontado por 75% dos empresários como o tributo que mais afeta negativamente a competitividade da indústria. Conforme o estudo, na esfera federal, destacam-se IRPJ, PIS/COFINS e contribuições previdenciárias.

De acordo com Appy, ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda em governos do PT, a complexidade dos conceitos constitucionais tributários no Brasil abre a possibilidade de múltiplas interpretações. “A simplificação resolve boa parte desse problema. Não tudo, mas reduz o litígio tributário e a insegurança e aumenta a taxa de investimentos”, analisa. Segundo ele, não existe bom sistema tributário sem que se alterem o ISS e o ICMS, até porque a fronteira entre o que é mercadoria e o que é serviço é cada vez menos clara. “Essa é uma reforma complicada, com ganhadores e perdedores em termos relativos. Entretanto, a compreensão da importância da reforma pela sociedade cresceu”, avalia. ■

“Acompanho esse tema há mais de duas décadas. Acho que, desta vez, um conjunto de circunstâncias constitui grande esperança para o melhor andamento do tema”

▲ **Armando Monteiro,**

coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da CNI

UMA CHANCE PARA REDUZIR A BUROCRACIA

Mudanças podem
diminuir
complexidade do
sistema tributário

COMO É

Tributos sobre o consumo

Cobrados pelo governo federal:

IPI, IOF, PIS, PASEP, Cofins,
Cide-combustíveis e Salário-Educação

Cobrado pelos governos estaduais: ICMS

Cobrado pelos municípios: ISS

Tributos seletivos

No IPI (federal), o princípio da seletividade está previsto no artigo 153 da CF/88, que determina que esse tributo deve ser seletivo em função da essencialidade do produto

TRIBUTOS

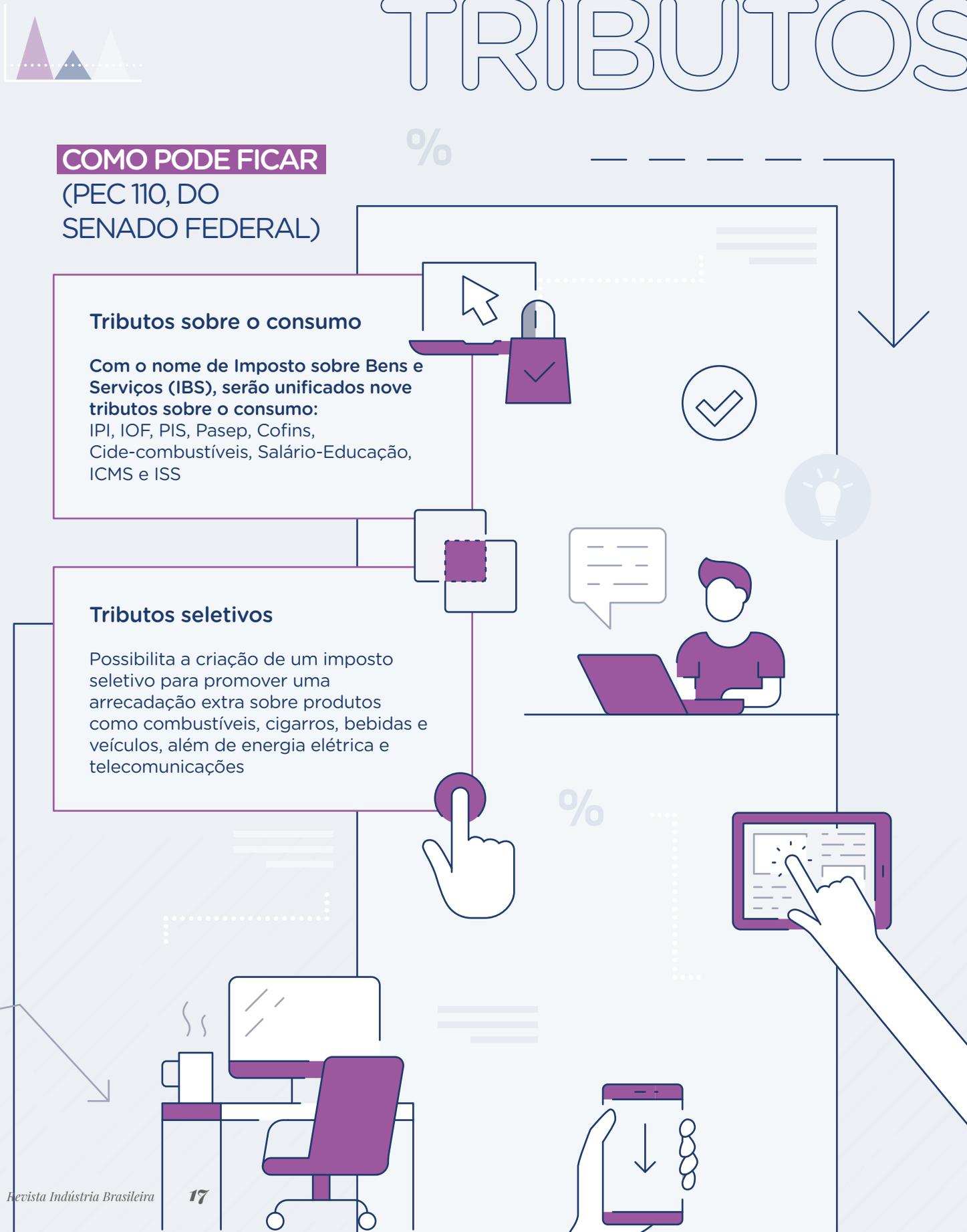
COMO PODE FICAR (PEC 110, DO SENADO FEDERAL)

Tributos sobre o consumo

Com o nome de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), serão unificados nove tributos sobre o consumo: IPI, IOF, PIS, Pasep, Cofins, Cide-combustíveis, Salário-Educação, ICMS e ISS

Tributos seletivos

Possibilita a criação de um imposto seletivo para promover uma arrecadação extra sobre produtos como combustíveis, cigarros, bebidas e veículos, além de energia elétrica e telecomunicações



Mudanças polêmicas no Imposto de Renda

ESPECIALISTAS CRITICAM PROPOSTA EM DISCUSSÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS POR VINCULAR A ARRECADAÇÃO E ABRIR ESPAÇO PARA UMA COBRANÇA RETROATIVA

As mudanças nas regras do Imposto de Renda (IR), em discussão no Congresso Nacional, poderão ampliar a carga tributária sobre o setor produtivo e desestimular novos investimentos. Conforme cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o substitutivo ao PL 2.337/21 eleva a tributação total sobre os investimentos produtivos dos atuais 34% para 41,2%. O aumento de tributação é provocado pela calibragem das alíquotas: 26,5% de IRPJ/CSLL sobre o lucro e 20% de IR retido na fonte.

Como os deputados não chegaram a um acordo sobre o texto da proposta, governo e oposição concordaram em adiar a votação da reforma, que teria ocorrido no dia 17 de agosto.

O projeto, enviado pelo governo federal para corrigir a tabela do IR, impõe o IR retido na fonte de 20% a partir de 2022, sem redução do Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ), que cairá apenas 7,5 pontos percentuais. A redução adicional do IRPJ, que levaria a alíquota de IRPJ/CSLL para 21,5%, é incerta, pois depende do comportamento futuro da arrecadação do Imposto de Renda. “Condicionar a queda do IRPJ à arrecadação gera insegurança”, diz Luiz Eguchi, diretor de Tax da Mazars.

Segundo o gerente de Política Econômica da CNI, Mário Sérgio Telles, ainda que a alíquota de IRPJ/CSLL chegasse a 21,5%, seria mantido o aumento de tributação total sobre os investimentos produtivos, pois a combinação dessa alíquota sobre o lucro com a alíquota de 20% de IR retido na fonte na distribuição resultaria em tributação total de 37,2%, acima dos atuais 34%.

Eguchi estima que, com o conjunto de mudanças, a carga tributária das empresas continuará alta, em cerca de 37%. “Estamos falando de IR, contribuição social e dividendo. Se contarmos a CBS que foi proposta a 12%, a conta fica pior”, avalia ele. Eguchi refere-se

O QUE PODE MUDAR NO IRPJ

Conheça os principais pontos da proposta em discussão na Câmara dos Deputados



Redução imediata de 7,5 pontos percentuais do IR das empresas



Queda de mais 2,5 pontos percentuais no IR das empresas condicionada a uma alta na arrecadação até outubro deste ano



Em 2023, a alíquota será reduzida em mais 2,5 pontos percentuais se a arrecadação nos 12 meses até outubro de 2022 for menor que a dos 12 meses anteriores



Tributação dos lucros e dividendos, exceto para as empresas optantes pelo Simples Nacional, que continuarão isentas



Fim da obrigatoriedade da apuração do IR pela sistemática do lucro real para construtoras e imobiliárias



Fonte: Parecer do deputado Celso Sabino (PSDB-PA), relator do PL 2.337/21

à proposta de criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unificando PIS e Cofins, apresentada em julho do ano passado, em discussão na Câmara dos Deputados. As alterações no Imposto de Renda, classificadas pelo governo como segunda etapa da sua proposta de reforma tributária, foram enviadas em junho deste ano.

Relator do PL 2337/21, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA) prevê uma queda gradual, com redução imediata de 7,5 pontos percentuais no IRPJ e outros 2,5 pontos condicionados ao aumento na arrecadação em 2021. Caso a do IR registre crescimento em 2022, uma nova queda de 2,5 pontos percentuais poderá ocorrer em 2023, conforme o parecer de Sabino.

Pressionado pelos governadores, o deputado atrelou parte da redução do IRPJ ao desempenho da arrecadação, para tentar evitar a perda de receita para estados e municípios, que ficam com parte do tributo por meio dos fundos de compensação dos estados (FPE) e dos municípios (FPM). Governadores e prefeitos argumentam que as mudanças no IRPJ vão gerar perda de recursos.

Especialista na área tributária, a advogada Manoela Siqueira Neumann, da Andrade Maia Advogados, afirma que a redução de impostos sempre é uma coisa boa. “As alíquotas reduzidas que estão sendo propostas colocam o Brasil em um cenário um pouco mais competitivo em comparação a outros países. Além de vantagens tributárias, isso vai estimular o investimento”, afirma. Mas ela considera que a ideia de cobrar IR dos lucros e dividendos sobre resultados anteriores a 2022 traz insegurança jurídica.

Essa violação à irretroatividade tributária, diz, é muito séria. “O Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou sobre isso. Está na Constituição: o fato gerador não é propriamente pagamento, mas sim o período de apuração”, afirma. Segundo Manoela, o IR sobre lucros e dividendos só poderia ser cobrado, caso aprovado pelo

Congresso Nacional, sobre os resultados obtidos a partir de 2022.

“A Constituição é muito clara, isso é inconstitucional”, reforça a advogada Elisabeth Libertuci, sócia da Lewandowski Libertuci Advogados. Ela também critica que se vincule a redução do IRPJ ao desempenho da arrecadação. “Não vamos saber antes de dezembro a alíquota que vai valer para o ano seguinte. É uma total instabilidade”, afirma. Segundo ela, é impossível para qualquer atividade econômica fazer projeções de futuro sem conhecer a alíquota do mais importante dos impostos.

Do ponto de vista do setor produtivo, a proposta em discussão na Câmara dos Deputados não tem nada de benéfica, comenta Elisabeth. Ela prevê que a tributação de dividendos desestimularia os investimentos. “Talvez, a pior das definições seja a retirada dos juros sobre capital próprio. Isso é um retrocesso. Estamos andando para trás”, comenta a advogada.

Eguchi, da Mazars, considera necessário um período de transição para a cobrança da alíquota de 20% sobre lucros e dividendos. O ideal, diz ele, é que o processo ocorra de uma forma que não afete tanto as empresas. “Se houver uma regra de transição no sentido de que os lucros auferidos até dezembro de 2021 não estarão sujeitos ao imposto de dividendos, você cria uma forma para as empresas se programarem”, diz.

Eguchi compara a insegurança gerada atualmente a práticas dos anos 1990, quando regras aprovadas em dezembro passavam a valer em janeiro do ano seguinte. “É difícil planejar alguma coisa, até na questão da regra sobre dividendos. Se não houver uma regra transitória para empresas que auferiram o lucro e ainda não distribuíram, serão pagos 20%”.

A proposta do governo previa também a cobrança de IR sobre lucros e dividendos, com isenção para a faixa de R\$ 20 mil, mas, pressionado pelos deputados, o ministro da Economia, Paulo Guedes, aceitou

isentar as empresas optantes pelo Simples Nacional. Outra regra proposta pelos congressistas dá ao brasileiro com dinheiro fora do país a opção de pagar 6% de imposto agora e ficar isento quando repatriar o recurso. Os deputados também retiraram a previsão de cobrança de imposto sobre dividendos quando o lucro for distribuído entre subsidiárias de uma mesma holding.

O projeto ainda atualiza a tabela do Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas, isentando do pagamento todos os trabalhadores celetistas que recebem até R\$ 2,5 mil. Os valores das demais faixas do IR também serão reajustados. ■



◀
“Não vamos saber antes de dezembro a alíquota que vai valer para o ano seguinte. É uma total instabilidade”, diz a advogada Elisabeth Libertuci

Sistema tributário afeta a produtividade

▼
“O Brasil poderia resolver boa parte dos problemas ao adotar o IVA”, defende a advogada

ESPECIALISTA DIZ QUE REPARTIÇÃO FEDERATIVA NA TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO E APLICAÇÃO DO ICMS NA ORIGEM SÃO DISFUNCIONAIS



O Brasil poderia resolver boa parte dos problemas tributários com a criação do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), afirma a advogada Melina Rocha, consultora especialista em IVA/IBS. “O IVA tem base ampla, vai incidir sobre toda e qualquer operação com mercadorias, bens – sejam tangíveis ou intangíveis – e prestação de serviços. Toda a economia será abrangida em um só tributo”, afirma ela, também professora da York University, no Canadá.

Quais os principais problemas do sistema tributário brasileiro? O sistema tributário brasileiro sofre de um pecado original, que é a repartição da competência da tributação sobre o consumo entre os três entes federativos. Isso vem do início do nosso sistema atual, que começou na década de 1960, e foi mantido pela Constituição de 1988. A tributação do consumo foi dada em parte para a União, por meio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que tem uma base restrita, do PIS/COFINS e das contribuições sociais que a União passou a concentrar. Os estados têm o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que tributa a circulação de mercadorias, enquanto os municípios ficam com o Imposto sobre Serviços (ISS). Essa divisão da base já é um dos principais entraves, porque cria problemas de caracterização.

Determinado produto é mercadoria ou serviço? São questões de caracterização que geram muito litígio. O segundo ponto é que esses tributos incidem sobre a mesma operação e temos casos de dupla tributação. Por fim, temos cumulatividade na cadeia e, mesmo em tributos não cumulativos, temos inúmeros problemas de limitação da não cumulatividade.

Como isso afeta a produtividade das empresas? Todas essas questões afetam a produtividade, começando pela variedade de tributos sobre o consumo. As empresas têm dificuldade de definir qual tributo vai incidir. Muitas vezes, duas administrações tributárias cobram dois tributos diferentes sobre a mesma operação e isso cria insegurança jurídica e contencioso. Temos um problema peculiar do ICMS, concebido para ser arrecadado em parte no estado de origem. Isso criou, durante algumas décadas, problemas de guerra fiscal entre os estados, que concediam benefícios para atrair empresas. Muitas vezes, as empresas foram para certos estados para fazer jus a benefícios, não por ser melhor de se instalar do ponto de vista econômico.

Em relação às melhores práticas tributárias do mundo, o que precisa ser feito aqui? Há um modelo internacionalmente adotado por mais de 170 países, que é o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). Esse modelo vem sendo adotado desde a década de 1950-60 e se mostrou o melhor para a tributação sobre o consumo. O Brasil poderia resolver boa parte dos problemas ao adotar o IVA, que tem base ampla, vai incidir sobre toda e qualquer operação com mercadorias, bens

– sejam tangíveis ou intangíveis – e prestação de serviços. Toda a economia vai estar abrangida em um só tributo. Então, todas as questões de caracterização vão acabar, principalmente se houver uma alíquota única.

Como assim? Os IVAS mais modernos, como o do Canadá, têm uma alíquota única aplicável para todos os bens e serviços. Um bom IVA tem uma não cumulatividade plena, ou seja, todo o tributo pago gera crédito. Isso significa que tudo o que a empresa paga de imposto nas suas aquisições vira crédito, que será abatido integralmente do imposto que é cobrado de quem adquirir os produtos. O imposto a recolher aos cofres públicos é o imposto que o fornecedor coletou de quem comprou seus produtos (pago, portanto, pelos adquirentes) menos o valor que esse fornecedor pagou a título de IVA nas suas aquisições e insumos.

Qual é a importância de uma reforma que implemente o IVA nas esferas federal e estadual? O IVA, além de base ampla e crédito total, é imposto no destino. Do ponto de vista de comércio internacional, tributa-se importação e desonera-se exportação. Em países federativos, quando há essa diferença de tributação entre estados, ela se dá no estado de destino. Então, quando você muda da origem para o destino, você elimina a própria condição de se fazer guerra fiscal, que só era realizada porque o tributo era cobrado na origem. Quando você passa para o destino, você não tributa as empresas produtoras, mas os consumidores. Se der algum benefício — e o ideal é não ter nenhum —, você vai dar à população, e não às empresas. ■

Indústria e

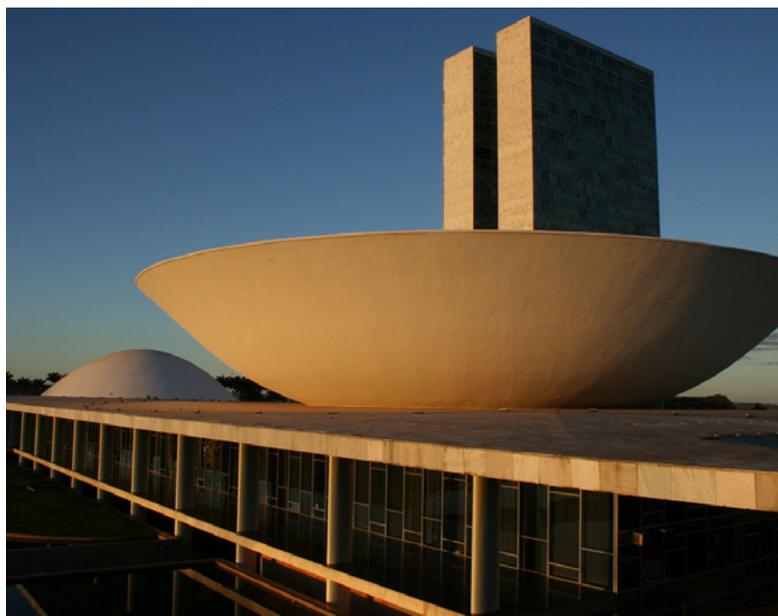


INDÚSTRIA ENTREGA PROPOSTAS À DIRETORIA-GERAL DA OMC

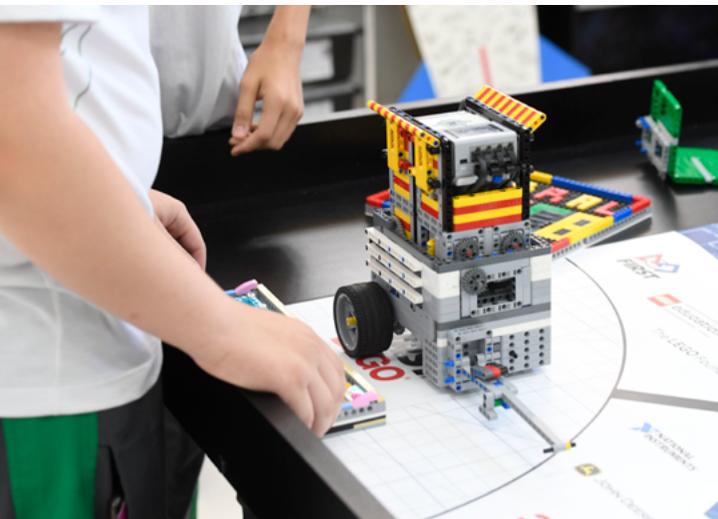
A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) promoveram, em 30 de agosto, um diálogo com a diretora-geral substituta da Organização Mundial do Comércio (OMC), Anabel González. No encontro virtual, a indústria brasileira entregou documento com os temas prioritários do setor produtivo para o avanço do sistema de comércio multilateral. Entre eles, a retomada das atividades do Órgão de Apelação da OMC e o combate a subsídios industriais e agrícolas.

DEPOIS DA TRIBUTÁRIA, REFORMA ADMINISTRATIVA DEVE SER PRIORIDADE DO GOVERNO

Em debate online sobre a reforma administrativa, no dia 3 de agosto, o presidente da CNI, Robson Andrade, afirmou que a reforma administrativa é importante, mas não deve ser colocada à frente da reforma tributária. Segundo ele, o país precisa de uma gestão pública mais eficiente para sinalizar aos investidores estrangeiros que o Brasil está avançando e “para criar um ambiente de negócios mais propício ao investimento, à renda e ao emprego”. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), também participou do debate.



m Ação



SISTEMA INDÚSTRIA TEM LIVES SOBRE REFORMAS, MEIO AMBIENTE E ROBÓTICA

Em agosto e setembro, o Sistema Indústria segue com a programação de eventos virtuais. No dia 30 de agosto, está prevista uma nova edição da série *Reformas em debate*. Em 22 de setembro, será a vez de discutir meio ambiente, desenvolvimento sustentável e negociações internacionais. Já no dia 29 de setembro, estudantes de todo o Brasil irão acompanhar o lançamento da temporada 2021/2022 dos torneios de robótica nas modalidades FLL e FTC. Ainda sem data definida está o seminário *O Brasil e os acordos para evitar a dupla tributação*.

1,1 MILHÃO DE BRASILEIROS VACINADOS COM O APOIO DO SESI

Mais de 1,1 milhão de pessoas foram vacinadas contra a Covid-19, em todas as regiões do Brasil e 15 unidades da Federação, até o dia 23 de agosto, com apoio do Serviço Social da Indústria (SESI). Para contribuir com o país no esforço de imunização em massa, o SESI colocou sua estrutura à disposição do poder público, presente em mais de 2,4 mil municípios brasileiros, para apoiar o Programa Nacional de Imunização (PNI) e o Sistema Único de Saúde (SUS). Gestores públicos interessados na parceria podem procurar o SESI em seu estado.



COFUNDADOR DA APPLE PARTICIPARÁ DE EVENTO PRÉ-CONGRESSO DE INOVAÇÃO

A 9ª edição do *Congresso de Inovação*, que seria realizada este ano em formato híbrido, teve de ser adiada para março de 2022 em virtude da pandemia. No entanto, ainda em 2021, no dia 20 de outubro, a CNI, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) realizarão uma prévia virtual do Congresso. O evento contará com a participação de Steve Wosniak, cofundador da Apple. A participação é gratuita e as inscrições devem ser feitas no site do Congresso.



Vacinas agilizam retomada, mas crescimento enfrenta desafios

PESQUISA ENCOMENDADA PELA CNI MOSTRA QUE BRASILEIROS ESTÃO MAIS OTIMISTAS COM A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA, MAS MEDO DE FREQUENTAR LUGARES PÚBLICOS E DE PERDER O EMPREGO AINDA É ALTO

Com a vacinação contra a Covid-19 ganhando ritmo e provocando uma queda no número de internações e mortes, o Brasil começa a vislumbrar a retomada do nível de atividade econômica anterior ao início da pandemia. Ao mesmo tempo, o país terá de se preparar para enfrentar desafios conhecidos, como a inflação, o baixo estoque de insumos e o cenário pré-eleitoral.

A 4ª rodada do estudo *Os brasileiros, a pandemia e o consumo*, encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Instituto FSB Pesquisa, foi realizada em julho de 2021 e mostra que a resistência dos brasileiros a certos imunizantes parece ter ficado para trás.

Embora 23% dos entrevistados admitam que têm uma vacina preferida, 90% reconhecem que a ausência da marca favorita não os impedirá de se imunizar quando chegar a hora de ir ao posto de vacinação.

Esses números abrem janelas de esperança na retomada da economia, ainda que em ritmo moderado. O medo de uma nova onda de infecções, com a chegada da variante Delta, e o fato de a retomada de emprego e renda ainda estar em patamares baixos tornam as pessoas cautelosas quanto ao avanço dos índices econômicos.

As atividades de lazer ainda são vistas com cuidado pelos entrevistados: 56% não pretendem viajar nos próximos meses, 21% só farão as malas em 2022 e apenas 13% admitem que poderão viajar entre outubro e dezembro deste ano. Outras áreas do setor de serviços também geram desconfiança: 55% dos entrevistados estão inseguros em frequentar bares e restaurantes; 53% têm medo de ir a comércios de rua; e 47% não se sentem completamente confiantes em passear ou fazer compras em shopping centers.

▼
Para Sílvia Matos
(Boletim Macro FGV
Ibre), benefícios como
o auxílio emergencial
deveriam continuar
após a pandemia, para
que não sejam “meros
anestésicos”



▼ Competitividade

►
“Fica cada vez mais claro que a retomada do setor de serviços é dependente da melhora do humor das pessoas”, diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores



A percepção de que, embora no longo prazo, a economia tenderá a reagir, também é um termômetro da esperança dos brasileiros: 67% acreditam que a retomada virá em um período igual ou superior a dois anos. Em abril, esse patamar era de 71%. O temor do desemprego continua alto para 36% dos entrevistados, mas 65% afirmam que a redução de gastos, ocorrida durante a pandemia, será temporária, o que indica um cenário promissor quando a pandemia de fato arrefecer.

Para especialistas, os números indicam perspectivas animadoras. O fato de o Brasil ter um perfil populacional anti-vacinação menor que o de outros países, especialmente se comparado ao dos Estados Unidos, alimenta a possibilidade de que o ritmo de imunização acelere à medida que o país seja abastecido com novas doses das vacinas. Além disso, boa parte das evoluções ocorridas ao longo de 2020 e 2021, como o advento do *e-commerce*, por exemplo, vieram para ficar.

O setor industrial tem se esforçado para impulsionar a retomada. Dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) mostram que, no primeiro semestre deste ano, o setor criou 340 mil novos postos de trabalho. “Mas existem alguns desafios que precisam ser superados, como os estoques baixos e a elevação dos preços das matérias-primas. Além disso, fica cada vez mais claro que a retomada do setor de serviços é dependente da melhora do humor das pessoas”, diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores.

Ele acredita que o otimismo estará intimamente ligado à diminuição no número de internações e mortes, que está, por sua vez, atrelada ao avanço da vacinação. “Isso não significa que estaremos livres de outras ondas da pandemia, mas a tendência é que elas ocorram com uma intensidade menor”, avalia Bruno.

Para a coordenadora do Boletim Macro FGV Ibre, Silvia Matos, a pandemia explicitou a necessidade de uma atuação conjunta entre os setores público e privado para o

enfrentamento da crise. Isso não impediu, segundo ela, que as ações tomadas para diminuir os estragos tenham deixado cicatrizes econômicas. “Políticas públicas desenhadas de maneira urgente, como o auxílio emergencial, por exemplo, tendem a apresentar problemas a médio prazo, porque elas funcionam como meros anestésicos”, pondera. “O ideal seria que tivéssemos planejado benefícios a serem perpetuados no pós-choque”, acrescenta.

Silvia considera que não se pode falar em uma recuperação homogênea da economia. Segundo ela, o setor de serviços reagirá de maneira mais lenta. Avanços tecnológicos advindos da pandemia, como a aceleração do uso do *e-commerce*, tornaram ainda mais evidentes as defasagens na formação e qualificação profissional dos brasileiros, vetores que impactam diretamente o mercado de trabalho.

A economista acredita que o crescimento pós-pandemia virá com um viés inflacionário, tanto no preço dos serviços – que estavam represados durante a quarentena – quanto no valor das commodities. “Isso sem levarmos em conta que estamos com riscos de uma crise hídrica e energética, a impactar ainda mais o custo dos produtos”, aponta Silvia.

Para ela, cautela é fundamental nessa retomada. Ela reconhece que o aumento da inflação abre margem para um aumento de gastos do governo, injetando, a curto prazo, novos recursos na economia. “Mas nosso cobertor é curto e temos lembranças recentes dos prejuízos causados pelo descuido com a inflação. Política monetária não pode ser vetor de estímulo para o crescimento econômico”, alerta.

Por fim, Silvia teme os efeitos da proximidade das eleições. “Políticas sociais e de crescimento deveriam ser estratégias de Estado, não de governo. Estamos há anos e anos trabalhando em déficit e a proximidade da disputa eleitoral pode ser um precedente perigoso para aprofundarmos o descontrole fiscal”, argumenta a economista. ■





Indústria brasileira a caminho da COP26

EXPECTATIVAS PARA O MAIOR EVENTO GLOBAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS ESTÃO VOLTADAS PARA O AUMENTO DA AMBIÇÃO CLIMÁTICA DOS PAÍSES



Entre 31 de outubro e 12 de novembro a cidade escocesa de Glasgow será palco das discussões do “livro de regras” para implementação do Acordo de Paris, o mais importante compromisso multilateral para o clima firmado nos últimos anos. Entre as regras que ainda necessitam consenso está a regulamentação do Artigo 6, que determina o funcionamento de um mercado voluntário global de carbono.

A agenda ambiental tem se tornado mais estratégica a cada ano e impactado diretamente a pauta da indústria, motivo pelo qual a Confederação Nacional da Indústria (CNI) vem acompanhando de perto as negociações para a COP26. Como sintetiza

o presidente da organização, Robson Braga de Andrade, “as ações do setor produtivo são decisivas para o êxito do combate ao aquecimento global”.

Nesse sentido, o gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo ressalta que uma atuação firme do Brasil na questão ambiental é essencial para que o país avance em questões estratégicas como a ascensão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a efetivação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

“ Fizemos um cruzamento de informações e constatamos que 40% dos instrumentos que compõem o acervo normativo

▲ Cidade escocesa vai sediar nova rodada de debates e negociações que buscam, entre outros objetivos, reduzir as emissões de gases de efeito estufa no planeta

▼ Competitividade

► Para Davi Bomtempo (CNI), o acordo entre Mercosul e União Europeia e o ingresso do Brasil na OCDE dependem de atuação firme em relação ao meio ambiente



da OCDE dizem respeito a meio ambiente e sustentabilidade. Além disso, no acordo entre o Mercosul e a União Europeia existe um capítulo inteiro dedicado à essa questão”, explica Bomtempo.

DEFINIÇÕES

Segundo o chefe da divisão de meio ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), André Maciel, a expectativa para a COP26 está muito voltada para a resolução de pontos pendentes da regulamentação do Acordo de Paris (o chamado Livro de Regras), entre os quais estão a regulamentação do mercado de carbono; os marcos temporais comuns para todas as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs); e as tabelas de relato e cumprimento em transparência.

“Esperamos que debates sobre esses pontos sejam retomados durante a COP26, com a expectativa de que possam ser tomadas decisões finais que encerrem o ciclo de regulamentação do Acordo de Paris e deem início à efetiva implementação de todos seus artigos”, diz Maciel.

Sobre a possibilidade de revisão das metas, o representante do MRE ressalta que a NDC brasileira é uma das mais ambiciosas entre os países em desenvolvimento, e mesmo entre os desenvolvidos, contendo metas

absolutas de redução de emissões, inclusive para 2025, de 37%, e de 43% até 2030, com relação ao ano base de 2005. “Além disso, durante a Cúpula dos Líderes, organizada pelo governo norte-americano em abril deste ano, o Brasil confirmou compromisso com a ambição climática ao antecipar a meta de neutralidade climática de 2060 para 2050 e se comprometer com o combate ao desmatamento ilegal até 2030”.

RECURSOS

Outra pauta que deve ganhar corpo durante a COP26 consiste no financiamento das transformações necessárias para a transição para a economia de baixo carbono. Como explica o gerente da CNI, Davi Bomtempo, para cumprir as metas climáticas o Brasil – e outras nações em desenvolvimento – precisa desenvolver um rol de ferramentas para incidir sobre questões como o desmatamento ilegal, expansão das energias renováveis e tecnologias de baixo carbono. Entre as metas da COP26 está a de que os países desenvolvidos cumpram com a promessa de mobilizar, pelo menos, 100 bilhões de dólares por ano em financiamento climático.

“A Ásia vem sendo o principal destino para recursos financeiros voltados à mudança climática. Conforme dados da *Climate Policy Initiative*, entre 2017 e 2018, o continente recebeu 38% dos recursos desse tipo de financiamento enquanto foram destinados à América Latina e Caribe apenas 4,5% do total”, explica Bomtempo, que complementa: “o Brasil está com um potencial subaproveitado em arrecadar recursos para projetos climáticos. Com informação e bons projetos, podemos ter participação mais relevante nessas linhas de crédito”.

Para contribuir com a reversão desse cenário, a CNI vai estar no estande do Brasil na COP26 para mostrar que o setor vem

fazendo o dever de casa. Serão apresentados diversos casos de sucesso da indústria em áreas como clima, floresta, inovações e ambiente de negócios que mostram ações concretas voltadas para o meio ambiente e a sustentabilidade do país.

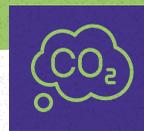
MERCADO DE CARBONO

Outro tema sobre o qual o setor industrial brasileiro tem se ocupado consiste na regulamentação do mercado de carbono. A decisão da CNI é pelo apoio ao sistema de comércio de emissões no modelo *cap and trade*, por meio do qual é definida uma quantidade máxima de emissões de gases de efeito estufa aos agentes regulados e são emitidas permissões de emissão equivalentes. As permissões são distribuídas gratuitamente ou via leilões e podem ser comercializadas entre empresas.

Segundo o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, esse instrumento é mais adequado do que os mecanismos de taxaço porque estimula o ambiente de negócios, a inovação e competitividade das empresas sem aumentar a carga tributária. “O mercado regulado de carbono será mais efetivo e complementar a estratégia para o cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) no âmbito do Acordo de Paris”.

Contudo, de acordo com o estudo *A Precificação de Carbono e os Impactos na Competitividade da Cadeia de Valor da Indústria*, realizado pela Confederação, o cumprimento do Acordo de Paris no Brasil está fortemente ligado ao controle dos índices de desmatamento ilegal. Segundo o levantamento, a efetividade do mercado de carbono no Brasil será bastante limitada se não for acompanhada de uma estratégia mais ampla para o combate às mudanças climáticas, como o controle do desmatamento ilegal, a expansão de energias renováveis e o fortalecimento da política nacional de biocombustíveis. ■

METAS DA COP26



Maior ambição climática para manter o limite de aumento de temperatura em 1,5°C como meta e garantir a emissão líquida zero no mundo até 2050.



Fazer as adaptações necessárias para proteger comunidades e *habitats* naturais.



Mobilizar recursos financeiros para que as metas globais sejam atingidas.



Trabalhar em cooperação para finalizar o “Livro de Regras” do Acordo.

5 perguntas



Fernando Monteiro (PP-PE)

Deputado federal e presidente da Comissão Especial da PEC 32/20 – Reforma Administrativa

▲
“[...]a reforma é a favor do servidor público. O Brasil precisa oferecer um serviço público de excelência. Demos o primeiro passo em direção à modernização do serviço público”.

1 O QUE ESPERAR EM RELAÇÃO À TRAMITAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA NO SEGUNDO SEMESTRE?

Estou bastante otimista com que, até meados de setembro, a Comissão Especial que analisa a PEC 32/20 a aprovará e a encaminhará para a votação no plenário da Câmara dos Deputados. Aprovada, a PEC será enviada ao Senado para ser votada até o final do ano. Então, acredito que começaremos 2022 com uma nova estrutura administrativa, dando o primeiro passo para uma profunda mudança de mentalidade do serviço público nacional. Uma outra questão importantíssima: garantimos na comissão que os direitos adquiridos dos servidores não fossem afetados pela nova legislação. Uma grande conquista.

2 O TEXTO FINAL DEVE PENDER MAIS PARA A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS OU PARA O EQUILÍBRIO FISCAL?

O texto final da PEC 32/20 será o resultado da mais ampla discussão que fizemos no âmbito da Comissão Especial. Realizamos 15 audiências públicas e fizemos mais de 70 horas de debates. Ouvi, pessoalmente, cerca de 50 representantes de entidades sindicais e da sociedade. Enfim, agimos de maneira democrática e transparente, com muito diálogo. Isso resultou numa proposta que alterou bastante a PEC original do governo. É um direito da Comissão, e o exercemos com responsabilidade. Não buscamos aprovar

para...

uma proposta com o foco exclusivamente fiscal. É claro que isso é importante, e a situação falimentar de quase todos os estados e municípios brasileiros – e da União – mostra a necessidade de estancarmos a sangria dos recursos públicos. Mas garanto que o nosso enfoque principal é a melhoria da qualidade do serviço público. Queremos trazer o serviço público para o século 21. Queremos o melhor para o cidadão e as empresas que pagam seus impostos e não têm serviços de qualidade. Um Estado mais eficiente gera mais empregos, faz a economia girar com maior rapidez. E, para que isso ocorra, queremos eficiência do trabalho do servidor, sem esquecer que cabe ao Estado provê-lo dos meios materiais necessários para atender bem à população. E para isso, o Estado precisa de recursos para investir em áreas prioritárias, como saúde, segurança e educação.

3 COMO EQUALIZAR O FIM DA ESTABILIDADE COM A INDEPENDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO FRENTE A PRESSÕES POLÍTICAS?

A estabilidade é um mito que precisa ser desmistificado. Nos dias de hoje não cabe mais existir a estabilidade plena e absoluta para todo o rol de servidores públicos. Como também não cabe eliminarmos totalmente a estabilidade para o conjunto de servidores. Na Comissão Especial, tratamos a estabilidade como necessária para as carreiras típicas de Estado, aquelas essenciais em setores que justifiquem isso pela sua relevância institucional. Precisamos chamar a atenção da sociedade ao fato de que a estabilidade não torna o servidor menos ou mais corrupto. Isso tem a ver com o caráter do servidor. Com estabilidade, ou não, já assistimos a servidores combaterem a corrupção ou fazerem parte dela. Quem tem caráter tem força para enfrentar qualquer pressão política.

4 QUAL A TENDÊNCIA PARA A REGULAMENTAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO SERVIDOR PÚBLICO?

Ele está preservado, como pediram os sindicatos e movimentos sociais, passando por alguns aperfeiçoamentos necessários para levar maior eficiência e eficácia ao Estado. Garantimos, na Comissão Especial, que todas as regras e normas relacionadas ao funcionalismo público fossem preservadas para evitar a perda de direitos adquiridos. Nenhum servidor da ativa ou aposentado será prejudicado pelo novo regramento. Essa foi uma questão que defini desde o começo dos trabalhos, e o parecer do relator garantiu isso, como também queria o presidente da Câmara, Arthur Lira. Quero deixar claro: a reforma é a favor do servidor público. O Brasil precisa oferecer um serviço público de excelência. Demos o primeiro passo em direção à modernização do serviço público.

5 EXISTE POSSIBILIDADE DE ARQUIVAMENTO DA REFORMA ADMINISTRATIVA?

Nenhuma possibilidade! A pandemia impediu que a PEC 32/20, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional em setembro do ano passado, fosse amplamente discutida pelo parlamento. Neste ano, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, tomou a decisão de criar a Comissão Especial e determinou o começo dos trabalhos. Concluiremos nossa tarefa e enviaremos ao plenário, que será soberano para definir a melhor proposta. Caberá ao Senado a sua aprovação até o final do ano, mas não existe a possibilidade de a reforma ser simplesmente arquivada. Seria uma afronta à sociedade. ■

Confiança elevada em todos os setores

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL (ICEI) DE AGOSTO CRESCEU PELA QUARTA VEZ CONSECUTIVA E OTIMISMO SE MANTÉM NOS 30 SETORES ANALISADOS PELA CNI

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) de agosto, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), alcançou os 63,2 pontos e acumula um avanço de 9,5 pontos em relação a abril.

O crescimento foi de 1,2 pontos sobre o mês anterior, sendo a quarta alta consecutiva do indicador, que está bem

acima da média histórica, de 54 pontos. Além disso, todos os setores analisados pela pesquisa estão confiantes, também pelo quarto mês seguido.

De acordo com a própria CNI, o principal motivo para tanto otimismo dos industriais é a percepção mais positiva das condições da economia. “Mês a mês, estamos percebendo que

Série histórica do ICEI, desde 2017

Fonte: CNI/ Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – Agosto de 2021



a elevada confiança se consolida entre os empresários”, explica o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Em março e abril, empresários de determinados setores industriais haviam mostrado falta de confiança, em resposta ao agravamento da pandemia de Covid-19 e à necessidade de novas medidas restritivas às atividades econômicas.

O ICEI é composto por dois indicadores: o de Condições Atuais, que atingiu os 57,5 pontos após novo avanço no último mês; e o de Expectativas, que está em 66 pontos, após subir 0,8 ponto em agosto na comparação com julho.

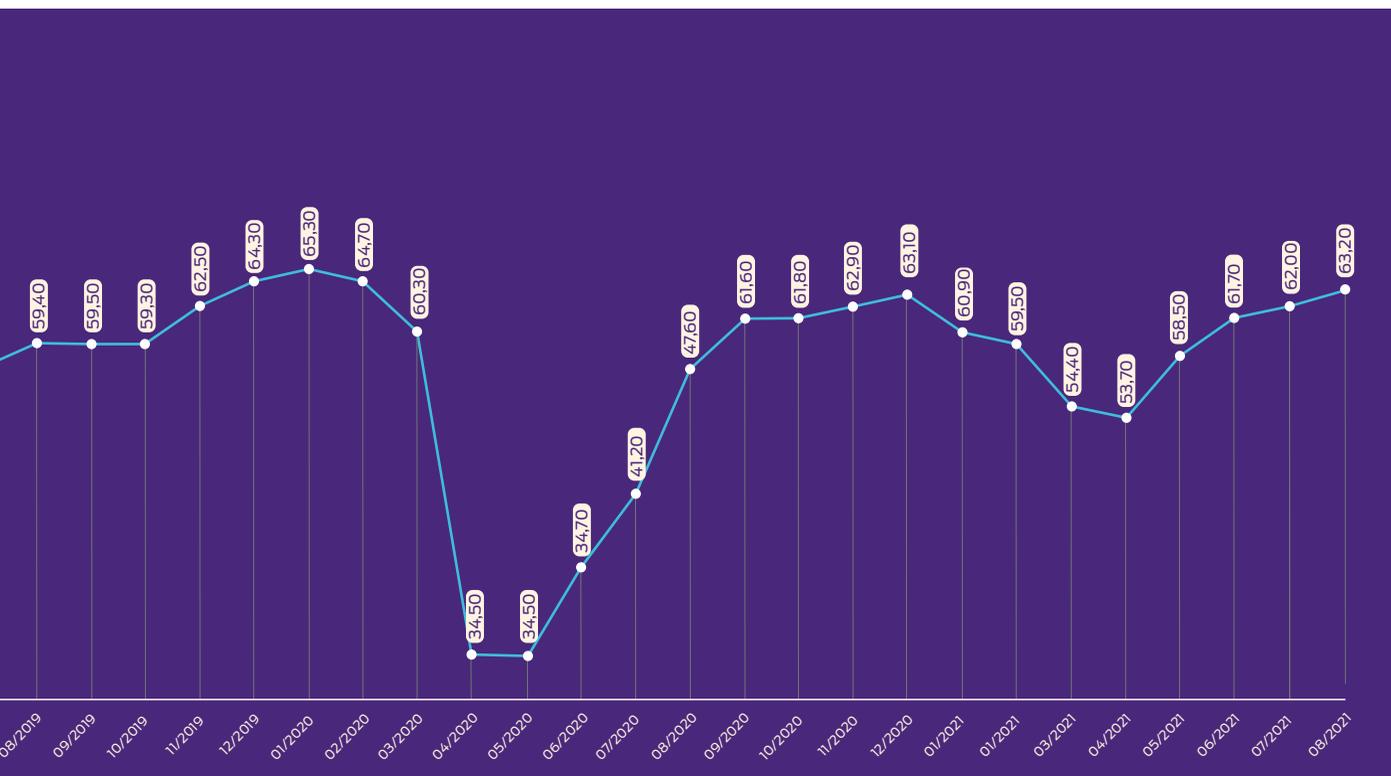
SETORES

Dentre os 30 setores industriais analisados pela CNI, todos estão confiantes na economia e na situação de suas empresas. O ICEI varia entre 0 e 100, tendo em 50 pontos uma linha de corte que separa a confiança da falta de confiança. Em todos esses setores, os valores estão acima dos 50 pontos.

Em agosto, o ICEI subiu em 21 setores, não variou em dois deles e recuou nos demais. O único setor que registrou queda de confiança mais intensa foi Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, cujo índice recuou 3,7 pontos. “Mas o indicador passou de 63,9 pontos para 60,2 pontos, o que demonstra que a confiança ainda segue alta e disseminada no setor”, detalha Marcelo Azevedo.

De acordo com o ICEI – *Resultados Setoriais*, os setores mais confiantes foram os de Máquinas e Equipamentos, Químicos, Produtos diversos, Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e Produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos). Por outro lado, os menos confiantes foram o de Bebidas, Obras de infraestrutura, Serviços especializados para a construção, outros equipamentos de transporte e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.

Para elaborar esta edição do ICEI, a CNI entrevistou, entre os dias 2 e 11 de agosto, 2.383 empresas, sendo 949 pequeno porte, 860 médio porte e 574 de grande porte. ■



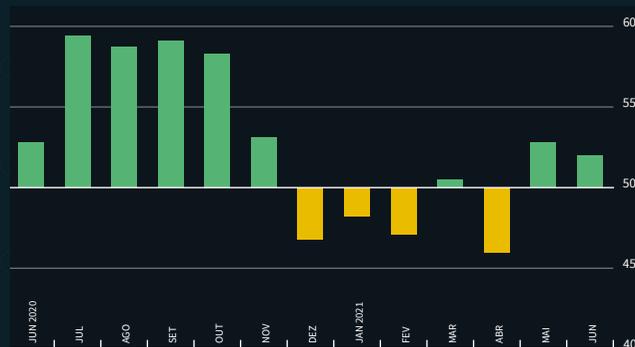
Termômetro

1 ► FATURAMENTO MANTÉM TENDÊNCIA DE QUEDA



Faturamento real dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)
 fonte: CNI/ Indicadores Industriais–Junho de 2021

3 ► PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE PELO 2º MÊS CONSECUTIVO



Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual
 fonte: CNI/ Sondagem Industrial–Junho de 2021

2 ► HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO AUMENTAM 0,3% EM JUNHO



Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)
 fonte: CNI/ Indicadores Industriais–Junho de 2021

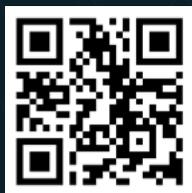
4 ► INTENÇÃO DE INVESTIMENTO REGISTRA NOVA ALTA



Índice de difusão (0 a 100 pontos). Quanto maior o índice, maior a propensão a investir da indústria
 fonte: CNI/ Sondagem Industrial–Junho de 2021



◀ 1



◀ 2



◀ 3



◀ 4

econômico

5 ▶ EMPREGO INDUSTRIAL COMPLETA UM ANO SEM QUEDAS



*Valores acima de 50 indicam aumento no emprego frente ao mês anterior. Quanto mais distante dos 50 pontos, maior e mais disseminada é a variação
fonte: CNI/ Sondagem Industrial–Junho de 2021

7 ▶ INTENÇÃO DE INVESTIR FICA ESTÁVEL PELO 3º MÊS



Índice de 0 a 100 pontos. Quanto maior o índice, maior a propensão de investir da indústria
fonte: CNI/ Sondagem Indústria da Construção–Junho de 2021

6 ▶ NÍVEL DE ATIVIDADE SE RECUPERA APÓS 6 MESES DE QUEDA



Valores acima de 50 indicam aumento da atividade ou do emprego frente ao mês anterior
fonte: CNI/ Sondagem Indústria da Construção–Junho de 2021

8 ▶ NÍVEL DE EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL REGISTRA AVANÇO EM JUNHO



Valores acima de 50 indicam aumento da atividade ou do emprego frente ao mês anterior
fonte: CNI/ Sondagem Indústria da Construção–Junho de 2021

5 ▶



6 ▶



7 ▶



8 ▶



Giro Brasil

▶ INDÚSTRIA NO PARANÁ ABRE MAIS DE 35 MIL NOVOS EMPREGOS

De janeiro a junho de 2021, o setor industrial foi responsável por 30% das vagas de emprego criadas com carteira assinada no Paraná, totalizando mais de 35 mil oportunidades. Os dados foram divulgados no fim de julho pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), vinculado ao Ministério da Economia. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), os números são reflexo do crescimento da produção industrial no estado, que acumula alta de 20% apenas este ano.



◀ GOVERNO DA BAHIA E SISTEMA S: PARCERIA QUALIFICARÁ 200 MIL PESSOAS

O Programa Educar para Trabalhar, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, contará com a expertise do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do estado (SENAI/BA) para qualificar 200 mil jovens e adultos em 44 cursos de 10 eixos tecnológicos. Os cursos, gratuitos, serão oferecidos na modalidade de educação a distância (EAD) e visam atender à demanda do setor produtivo e impulsionar a empregabilidade na região. Além do SENAI, o Senar e o Senac (dos setores rural e do comércio) também compõem a parceria.

INTENÇÃO DE INVESTIR NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO É RECORDE NO CEARÁ

A intenção de investimentos na indústria da construção bateu recorde em junho, com 61,5 pontos. Foi a primeira vez que a marca ficou acima dos 60 pontos desde novembro de 2014. É o que revela a *Sondagem da Construção*, realizada pelo *Observatório da Indústria*, da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a pesquisa, tais resultados podem estar relacionados a novos programas e planejamentos que estão previstos pelo estado.



▲ FIEMG E GOVERNO DE MINAS VIABILIZARÃO PARQUE INDUSTRIAL DO VALE DO AÇO

A Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), o governo de Minas e a prefeitura do município de Coronel Fabriciano, no leste do estado, assinaram, em 29 de julho, um termo de cooperação mútua para viabilizar o Parque Industrial do Vale do Aço. O acordo do poder público com a iniciativa privada prevê que cada setor envolvido atue para atrair investimentos e levar desenvolvimento econômico e social. O empreendimento abrigará empresas de médio e grande portes em uma área de mais de 1 milhão de metros quadrados.



▲ FIETO DIVULGA PRINCIPAIS GARGALOS DA INDÚSTRIA DO TOCANTINS

A escassez e o alto custo da matéria-prima são os principais gargalos ao desenvolvimento do setor industrial do Tocantins. É o que revelou a *Sondagem Industrial* divulgada pela Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) no dia 27 de julho. O segundo maior problema é a escassez e o alto custo da energia elétrica e o terceiro, a elevada carga tributária. Apesar disso, e ainda sofrendo com os reflexos da pandemia, os empresários mantêm o otimismo e a confiança para os próximos seis meses, segundo o levantamento.

Sistema Indústria promove cidadania e bem-estar aos brasileiros

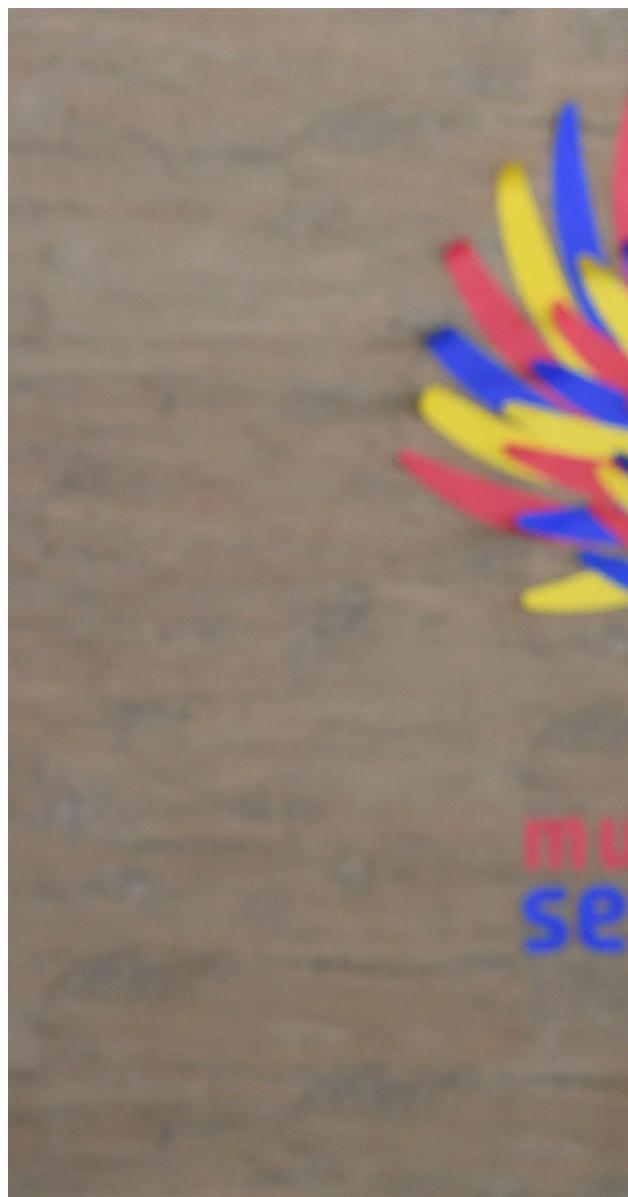
AO LONGO DAS ÚLTIMAS OITO DÉCADAS, SESI E SENAI ATUAM
PARA TRANSFORMAR A VIDA DE JOVENS E TRABALHADORES

O número de pobres no Brasil passou de 9,5 milhões em agosto de 2020 para mais de 27 milhões de pessoas em fevereiro de 2021, segundo estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em abril deste ano. A taxa de desemprego alcançou 14,6% da população em maio, a segunda maior da série histórica medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2012. Entre os jovens de 18 a 24 anos, esse número dobra: 29%.

Matiélis Gomes, 23 anos, faz parte do grupo dos que estão contratados. De família de baixa renda e com pai e mãe desempregados, a decisão de se matricular no SESI e no SENAI há alguns anos foi acertada, diz ela. “O SESI e o SENAI me fizeram acreditar que eu sou capaz do que eu quiser, independentemente das barreiras”, destaca Matiélis.

A jovem aprendiz de Tecnologia da Informação (TI) conta que, neste ano de pandemia, em que tudo se tornou ainda mais complicado, sua contribuição para a família tem sido fundamental. “Dá para eu ajudar em casa, principalmente com o vale-refeição que ganho”, explica a moradora de São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Há 80 anos, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) contribuem para inserir jovens no mercado de trabalho, especialmente os de classes menos favorecidas, como Matiélis. Só o SENAI já formou mais de 80 milhões de trabalhadores, e o SESI, atualmente, conta com cerca de 214



▼
Com o corte nos recursos do Sistema S, ao menos 44 mil pessoas entrariam na fila do desemprego e quase 2 milhões de matrículas em educação básica e qualificação técnica e profissional seriam fechadas



► Egressa do SESI e do SENAI, Matiélis Gomes incentivou a mãe, Matildes, a concluir o ensino médio quase 40 anos depois de ter deixado as salas de aula



mil estudantes matriculados na educação básica em suas 526 escolas em todo o Brasil.

Editada em abril prevendo, inicialmente, medidas para a preservação de empregos na pandemia, a Medida Provisória 1045/2021 acabou colocando em discussão o repasse obrigatório de 30% das contribuições para o Sistema S para o financiamento de dois programas federais – o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore) e o Regime Especial de Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip). O impacto sobre o Sistema S seria de aproximadamente R\$ 8 bilhões. No entanto, a proposta foi revista pelo relator da MP na Câmara, deputado Christino Áureo (PP-RJ) e agora prevê que as empresas que aderirem aos programas poderão abater até 15% do valor recolhido da contribuição que fazem para o Sistema S.

Essa versão do texto foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 12 de agosto, e agora precisa ser votada pelo plenário do Senado Federal para virar lei.

“Não faz sentido criar novos programas com ações que o SESI e o SENAI executam, com expertise, há muitos anos. O momento é de unir forças, até mesmo porque o SESI está presente em 2.300 municípios

brasileiros e o SENAI, em 2.800. De acordo com a pesquisa de egressos do SENAI de 2020, sete em cada 10 ex-alunos SENAI estão empregados, e ex-alunos SENAI com curso técnico têm 22,7% a mais de renda média”, detalha Rafael Lucchesi, diretor-geral do SENAI e diretor-superintendente do SESI.

Entre os 70% que têm emprego, está a catarinense Letícia Barcelos, de 23 anos. Há quatro anos, ela trabalha como técnica em manutenção da rede de laboratórios Santa Luzia, em Florianópolis. O curso no SENAI foi realizado por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo governo federal em 2011.

“As pessoas de baixa renda não têm tanta opção para melhorar de vida, mas o SESI e o SENAI possibilitam novos caminhos. Eu concluí o curso de técnico de Eletrotécnica e fui contratada logo ao terminá-lo. Hoje já tenho seis anos nessa área”, conta.

Um possível corte nos recursos do SESI e do SENAI deve impedir experiências como a de Matildes Gomes, mãe de Matiélis. Matildes perdeu o pai ainda adolescente e, aos 15 anos, teve que largar os estudos e se sustentar com o próprio trabalho. Em diferentes bairros do Rio de Janeiro, atuou como empregada doméstica e babá.

Quase 40 anos depois, morando em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, casada e com dois filhos, ela não imaginava que voltaria a uma sala de aula. “Meus dois filhos estudaram no SESI e no SENAI e eu vi a diferença que isso fez na vida deles. Minha filha insistiu e eu me matriculei”, conta Matildes, que concluiu o ensino médio em 2019 por meio do EJA – Educação de Jovens e Adultos, gratuitamente. Segundo ela, o leque de possibilidades de trabalho se expandiu com o diploma em mãos, mas seu plano de fazer uma faculdade foi atrapalhado pela pandemia.

Mãe e filha agora compartilham sonhos e planos de vida após a formação que receberam. Sonhos que o indígena Ivan Carlos



Vasconcelos da Silva, 33 anos, tem conseguido realizar, impulsionado por seus estudos. Ele nasceu e sempre viveu na reserva indígena de Pitaguary, no município cearense de Maracanaú, a 30 km de Fortaleza. Antes de conhecer o SENAI, há mais de 10 anos, ele tinha dois sonhos: comprar uma casa e um carro.

Após alguns cursos, todos gratuitos, ele foi contratado para trabalhar no Instituto SENAI de Tecnologia em Eletrometalme-cânica, onde é assistente técnico há quatro anos. “Hoje tenho minha casa, conquistei minha habilitação e estou prestes a receber meu carro, que venho pagando por cartas de crédito”, conta entusiasmado. Ele já sabe o futuro que quer para o filho Lucas, hoje com 4 anos. “O SENAI consegue dar novas direções para a vida das pessoas. É por isso que quero ver o meu filho lá dentro o quanto antes, para que ele possa ter ainda mais oportunidades do que eu tive”, diz. ■



◀ O indígena Ivan Carlos, 33 anos, diz que a formação no SENAI permitiu que ele realizasse o sonho de ter uma casa própria



▲
General Manager da
Siemens Energy

Inovação a portas abertas

por ANDRÉ CLARK

Há alguns dias, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPPC) divulgou dados preocupantes. As temperaturas em todo o mundo subiram mais rápido do que o previsto, aceleradas pela interferência humana. O estudo aponta que os efeitos do aquecimento global podem ser irreversíveis se não fizermos mudanças urgentemente.

O desafio está posto e, para reverter esse quadro, precisaremos de muita inovação conjunta. A humanidade ainda não dispõe da tecnologia para atingir essa meta, mas o lado positivo é que a maioria dos países e das empresas está imbuída desse espírito de mudança e cooperação.

A inovação é o fator crítico de sucesso mais importante para as empresas e, embora ainda tenhamos desafios relacionados à urgência de reformas estruturantes, dispomos de um ambiente propício à inovação no país. Contamos com um conjunto de benefícios que ajudam a estimular esse tópico nas empresas, como a Lei do Bem, além de estruturas como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Emprapii). No entanto, a disputa é acirrada, já que outras grandes nações competem por recursos destinados a projetos de inovação.

Por isso, é tão importante apostarmos no conceito de “inovar em fazer inovação”. Em um cenário de constantes transformações e demandas por tecnologias cada vez mais

específicas, não é mais cabível criar a portas fechadas. A cooperação é a chave para a construção de modelos inovadores de transformação energética e, para promover as mudanças necessárias para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU, a colaboração de diferentes atores em nível nacional e global é imperiosa.

Na Siemens Energy, o objetivo estratégico é inovar em cocriação com nossos clientes, por meio de ecossistemas nos quais os parceiros estejam inseridos no processo de pesquisa e desenvolvimento de novas soluções.

Cientes de que a inovação aberta é o caminho a ser trilhado, criamos globalmente a estrutura Siemens Energy Ventures, por meio da qual investimos em parcerias com empresas e startups de diferentes portes, desenvolvendo novos produtos, serviços e modelos de negócios inovadores.

A Siemens Energy, nascida há menos de 1 ano com o objetivo de atender especificamente aos mercados de energia, já foi criada sob o signo da descarbonização. Nossos esforços são direcionados para a transição energética e para a redução das emissões de carbono na atmosfera. Contudo, não é nossa intenção fazermos isso sozinhos. Ainda que o desafio da humanidade diante das mudanças climáticas seja gigantesco, temos motivos para reforçar o otimismo de que, em ritmo de colaboração, conseguiremos superá-lo. ■

Revista Indústria Brasileira

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

► DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

► CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

MEMBROS SUPLENTE

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS

Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

► FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana Flávia Flôres e Paulo de Tarso Lyra.

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Víctor Gomes

PROJETO EDITORIAL

Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

CAPA

GettyImages

Informações técnicas:

tel (61) 3317-9472

fax (61) 3317-9456

revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



INOVA TALENTOS

TIRE O PROJETO DE INOVAÇÃO
DA SUA EMPRESA DO PAPEL
COM A AJUDA DOS
MELHORES PROFISSIONAIS
DE INOVAÇÃO DO PAÍS.

A inovação impulsiona a competitividade, o desenvolvimento das indústrias e do país.

O programa **INOVA Talentos - IPT Open Experience** é uma parceria do IEL com o IPT e tem o objetivo de desenvolver projetos de inovação nas empresas de pequeno, médio e grande portes, instituições públicas e privadas de ciência e tecnologias, órgãos de governo e entidades do terceiro setor. Se sua empresa tem um projeto de inovação e precisa de apoio dos melhores profissionais para viabilizá-lo, essa é uma oportunidade imperdível.

**Quem inova tem futuro.
Conheça o programa e Participe!**

www.inovatalentos.com.br

 (11) 3040-3378  /IELbr  /ielbr  /iel-nacional  /IELNacional

PARCERIA

 **IPT** Open Experience

Fundação de Apoio
ao Instituto de
Pesquisas Tecnológicas

 **fipt**

INICIATIVA

 **IEL**

Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA